

Sarney segura indicação do líder

E condiciona o assunto à eleição, amanhã, na bancada do PMDB



O presidente José Sarney decidiu, após ouvir o ministro Marco Maciel, o deputado Ulysses Guimarães e os líderes Pimenta da Veiga (PMDB) e José Lourenço (PFL), suspender a indicação do novo líder do governo no Congresso, prevista para ontem.

A pedido do Presidente e com a concordância de três dos quatro candidatos, o deputado Pimenta da Veiga transferiu para amanhã a eleição do novo líder da bancada do PMDB na Câmara. Inicialmente marcada para hoje, Sarney pediu tempo ao PMDB para tentar influir na escolha do líder da bancada e somente após conhecer o vencedor deverá confirmar ou não a indicação do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) na liderança do Governo.

Pimenta da Veiga se reuniu à tarde com representantes dos quatro candidatos à liderança da bancada - Milton Reis (MG), Luis Henrique (SC), João Herrmann (SP) e o próprio Sant'Anna. Dos quatro, só o representante de Herrmann, o deputado Domingos Leonelli, votou contra o adiamento da eleição.

RECUO
Reticente, o deputado Ulysses Guimarães garantiu apenas que o presidente Sarney não havia ainda se definido pela criação do cargo de líder do Governo no Congresso, independente das lideranças das bancadas do PMDB e do PFL.

Maurílio: Sant'Anna é o líder

O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA) é o novo líder do Governo no Congresso Nacional, mas só será anunciado oficialmente hoje. O presidente José Sarney recebeu ontem em audiência o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE), e recomendou-lhe que procure, a partir de hoje, o deputado baiano, para negociar o seu projeto de resolução, que dá poderes à Assembleia Nacional Constituinte para modificar a atual Constituição por maioria absoluta de votos.

Antes de mandar Maurílio Lima procurar o seu líder no Congresso, Sarney falou que o seu projeto "ameaçava a ordem constituinte", revelou o parlamentar pernambucano, que respondeu existir um desejo dos parlamentares de definir logo a natureza da Assembleia Nacional Constituinte, porque da maneira que a Emenda Constitucional número 26 estabelece, está causando confusão no seio do Congresso Nacional.

O presidente Sarney disse ainda ao parlamentar,

Um cargo que pode gerar ciúmes

"Essa idéia de nomear um líder do Governo na Constituinte é muito boa. Vai deixar o PMDB sem a obrigação de defender o Governo". A frase, em tom ameno e irônico, é do senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB, e foi dita no plenário da Constituinte aos ex-ministros Jarbas Passarinho (senador) e Delfim Netto (deputado), ambos do PDS, que riram com a observação.

Delfim Netto acreditava, até aquele momento, 15h20min que o presidente José Sarney, continuava firme em sua disposição de nomear o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) para líder. Depois de informado que houvera um recuo, comentou para Passarinho e Cardoso: "Foi um encontro que ele teve, ontem, à tarde".

Aos jornalistas, ainda sorrindo do comentário do líder do PMDB, Delfim frisou que a observação dele fora "extravagante".

ADVERTÊNCIA
O encontro anunciado por Delfim Netto foi neste

PFL pede adiamento do anúncio

O PFL pediu ontem ao Governo para retardar o anúncio da escolha do seu novo porta-voz na Constituinte a fim de que a bancada seja ouvida a respeito do assunto. O pedido partiu do líder José Lourenço, que recebeu pela manhã uma ligação do presidente José Sarney, a quem informou também que não era boa a repercussão da idéia dentro do Congresso.

José Lourenço acha que líder deve ter o apoio da bancada e sugeriu que, se prevalecer a idéia do Governo ter um porta-voz na Constituinte, ele deverá ter então o respaldo da bancada. Mas, na sua opinião, não se deveria introduzir mudança no sistema atual, onde o líder da bancada do PMDB acumula a função de líder do Governo. Reconheceu, porém, que, se desmembrar a função, o escolhido deve sair do PMDB, o

partido majoritário na Aliança.

O líder pefelista fez questão de frisar que não tinha qualquer restrição aos nomes veiculados para o cargo. Apenas, acredita que um líder sem força se tornaria figura decorativa, sem base para negociar ou firmar compromissos de qualquer natureza.

O pedido de tempo para debater na bancada tem uma justificativa: um líder do Governo na Constituinte manteria contato permanente com o PFL e o partido quer se respaldar antes de apoiar a idéia. Afinal, como lembrou José Lourenço, essa é uma figura nova no contexto político e merece avaliação melhor antes de uma manifestação.

"Para nós, um partido homogêneo, fácil diálogo interno, a figura do líder do Governo na Constituinte, existindo ou não, em nada

altera". — ponderou José Lourenço, achando que mesmo sendo esse um problema interno do PMDB, o partido terá dificuldades para se adaptar ao novo sistema.

Justificou ainda que o PFL prefere manter o diálogo, desde que envolva melhor êxito do Governo e sua política. Todavia, cobra o respaldo do PMDB a esse novo líder, para que ele efetivamente tenha autoridade de negociar pelo seu partido e o Governo.

A figura de um líder do Governo na Constituinte não era estranha ao PFL. Ela estava prevista e era defendida no projeto de regimento interno da Assembleia que os pefelistas divulgarão hoje aos membros da bancada. A retirada dessa sugestão foi decidida depois que um emissário do Governo visitou ontem diversas lideranças do partido.

tem, por volta das 13h, o gabinete do presidente José Sarney, com quem conversou sobre a questão. Bossard não quis revelar o nome do escolhido, alegando que cabia ao Presidente divulgar quem vai, ser o seu representante.

Brossard, para justificar o seu ponto de vista, lembrou que os poderes Executivo e Legislativo trabalham com a mesma matéria-prima, por isso precisam de uma interligação, para melhor funcionalidade. "Não se trata de um princípio de ordem teórica, mas de uma necessidade de natureza prática", acrescentou.

O líder não vai interferir nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, mas vai representar o pensamento do Governo. O líder, informou, existe em todos os parlamentos e torna-se necessário para levar a opinião do Poder Executivo aos parlamentares.

O Ministro disse que não há limites de atuação para o líder do Governo, e va agir de acordo com as circunstâncias.

O "choque israelense" será um cadinho de fórmulas heterodoxas em política econômica que envolverão um novo congelamento, que advirá após o realinhamento geral dos preços. O congelamento-2 não sofrerá as mesmas injunções do primeiro, pois o aparato de leis de que o Governo dispõe para regular a fiscalização — derivado da Lei Delegada nº 4 — está sendo aperfeiçoado pela Consultoria Geral da República, que não prevê decretos-leis. Haverá um sistema inteiramente modernizado de controle, fiscalização e gerência do abastecimento, sob o novo congelamento, cuja eficácia nada tem a ver com a equivocada estratégia do primeiro choque, via Sunab.

Para tanto, o consultor geral da República, o jurista Saulo Ramos, tem se dedicado diturnamente à elaboração dos textos legais, que darão ao Governo uma instrumentação moderna e ágil para o novo choque. As mensagens do Governo ao Congresso regular serão enviadas em tempo, por decisão única do presidente Sarney, e tão logo sejam definidas e entregadas às novas lideranças políticas. Certamente,

o líder, nem a criticava. Era nítido, porém, que desconfecia, formalmente, a indicação de Sant'Anna.

A conversa entre Passarinho, Delfim e Cardoso começou quando este, ao entrar no plenário, foi cumprimentar aquele. Passarinho levantou-se, tratou Cardoso de "meu líder" e brincou: "Já estão dizendo que eu sou do PMDB-2". Depois trocaram elogios sobre os programas de TV no fim de semana. (os três foram entrevistados). Quando Passarinho indagou se já havia sido anunciado o líder do Governo na Constituinte, Cardoso observou que não sabia e disse:

"Essa idéia de nomear um líder do Governo na Constituinte é muito boa. Vai deixar o PMDB sem a obrigação de defender o Governo".

Cardoso foi indicado pelo ex-presidente Tancredo Neves para ser o líder do Governo no Congresso. Nunca assumiu o cargo de forma efetiva porque este não foi criado pelo Regimento Comum. Deputados e senadores sabotaram a modificação regimental.

LUIS MARQUES



Pimenta adia a escolha do líder da bancada e prefere Luis Henrique

Choque-2, o primeiro teste dos líderes

LEONARDO MOTA NETO
Repórter Especial

As novas lideranças do Governo no Congresso e na Constituinte terão seu primeiro teste de coesão no período abril-maio, quando o presidente Sarney tomará a decisão de enviar ao Poder Legislativo os projetos de lei que englobarão o segundo choque heterodoxo da Era Cruzado. Haverá necessidade de uma firme compactação dos líderes, pois o Governo dificilmente utilizará a opção do decreto-lei, preferindo a negociação política com as lideranças dos partidos.

O segundo choque já está decidido. Virá certamente depois da reforma ministerial que deverá ocorrer em meados de março. Será um choque à la israelense, mudando, portanto, a metodologia, pois o primeiro foi à Argentina. Seu rigor será maior do que o do primeiro choque, pois será adotado após um surto de hiperinflação, anarquia financeira em nova ciranda e taxas de juros descontroladas. Haverá necessidade de um firme apoio das lideranças políticas do Governo, para que o "choque israelense" não seja contaminado pelo espírito "libanês" das minorias da Constituinte, que dali tentam exportar para o Senado e a Câmara regulares, que administrarão o contencioso das leis ordinárias do País, o espírito da tutela sobre o Estado.

O "choque israelense" será um cadinho de fórmulas heterodoxas em política econômica que envolverão um novo congelamento, que advirá após o realinhamento geral dos preços. O congelamento-2 não sofrerá as mesmas injunções do primeiro, pois o aparato de leis de que o Governo dispõe para regular a fiscalização — derivado da Lei Delegada nº 4 — está sendo aperfeiçoado pela Consultoria Geral da República, que não prevê decretos-leis. Haverá um sistema inteiramente modernizado de controle, fiscalização e gerência do abastecimento, sob o novo congelamento, cuja eficácia nada tem a ver com a equivocada estratégia do primeiro choque, via Sunab.

Para tanto, o consultor geral da República, o jurista Saulo Ramos, tem se dedicado diturnamente à elaboração dos textos legais, que darão ao Governo uma instrumentação moderna e ágil para o novo choque. As mensagens do Governo ao Congresso regular serão enviadas em tempo, por decisão única do presidente Sarney, e tão logo sejam definidas e entregadas às novas lideranças políticas. Certamente,

o presidente Sarney dará ciência antecipadamente aos líderes, em reunião do Conselho Político, da nova estratégia econômica do Governo.

O segundo choque, o "israelense", está sendo articulado pelos ministros econômicos — agora, mais com o sr. Dilson Funaro, com a doença do ministro João Sayad — mas com plena audiência da Consultoria Geral da República, para que não sejam repetidas as falhas jurídicas e administrativas do primeiro choque. Não raro, o sr. Saulo Ramos passa horas perdidas da noite, junto aos procuradores de sua Consultoria, examinando legislações e a Constituição vigente, para retirar do procedimento legal os embargos provenientes de anteprojetos imperfeitos. Um desses procuradores, Luiz Artur, é perito em temas constitucionais, e a par de uma invejável memória, presta informações rápidas sobre artigos constitucionais de interpretação duvidosa.

Esse trabalho da Consultoria, expurgando os textos de decretos que chegam da área econômica de suas impurezas jurídicas, às vezes não obtém sucesso, apesar de todos os controles: bastou que o sr. Saulo Ramos fizesse uma viagem de férias, há pouco tempo, para que a Presidência da República fosse induzida em erro pela área econômica, com a assinatura de um decreto que continha como referência o cruzado, e não a OTN, erro este que virá onerar em muito a dívida pública interna.

O "choque israelense" significa, para o Governo, não uma cartada definitiva, apesar da hiperinflação. A economia, como uma ciência não exata, não reflete para o Palácio do Planalto um fatalismo de descontrolo geral das rédeas do processo econômico. No entender de pessoas do círculo presidencial, todos os governos passaram por essas dificuldades, uns maiores, outros menores. De certa forma, o Governo esperará que recrudescam os fatores de instabilização econômica e financeira para adotar um choque drástico, alimentando o atual status quo até uma curva à frente da insuportabilidade.

O governador eleito Orestes Quéricia considerou ontem "procedentes as reclamações" dos que defendem a licença do deputado Ulysses Guimarães da presidência do PMDB enquanto prosseguirem os trabalhos da Constituinte. "Ele está preocupado em presidir a Constituinte e o partido precisa, nesse período, de alguém que se dedique integralmente", explicou.

Quéricia conversou ontem por telefone com Ulysses e, segundo informou, esse foi um dos assuntos tratados. Também o governador Franco Montoro falou por telefone com Ulysses. Sem se posicionar, Montoro assinalou que o presidente do partido "está examinando o problema e vai conversar com a executiva do PMDB antes de decidir".

Montoro deixou subentendido que, como Quéricia, acredita "que o partido precise de um presidente com tempo disponível. O PMDB tem que se organizar para dar ao Governo Federal e aos estaduais o apoio necessário para prosseguirmos na construção da democracia".

ARRAES

O governador eleito Miguel Arraes disse ontem que está aguardando uma posição dos companheiros de partido para estudar a possibilidade de deixar a vice-presidência do PMDB, após assumir o governo de Pernambuco em 15 de março. Ele não tem ainda uma decisão pessoal sobre a questão e acha que qualquer atitude deve ser tomada em conjunto com as lideranças do partido.

Segundo Arraes, parece haver um consenso no seio da direção do PMDB sobre a oportunidade da substituição de cargos, mas que o assunto não foi discutido a fundo e nenhum comunicado foi feito nesse sentido pelo presidente do partido. Ele disse que, a essa altura dos acontecimentos, está disposto a aceitar qualquer decisão da cúpula do PMDB.

AGENDA

PRESIDENTE

— Além dos ministros do SNI, Gabinete Militar e Gabinete Civil, do Exército, da Agricultura e do Trabalho, o Presidente recebe às 10h30 o prefeito Jânio Quadros e às 17h35 dirigentes da Associação Brasileira dos Exportadores.

CONSTITUINTE

— As 14 horas, reunião plenária destinada à discussão e recebimento de emendas ao projeto de regimento interno da Assembleia, elaborado pelos líderes.

Para Quéricia, deputado deve pedir licença

São Paulo — O governador eleito Orestes Quéricia considerou ontem "procedentes as reclamações" dos que defendem a licença do deputado Ulysses Guimarães da presidência do PMDB enquanto prosseguirem os trabalhos da Constituinte. "Ele está preocupado em presidir a Constituinte e o partido precisa, nesse período, de alguém que se dedique integralmente", explicou.

Quéricia conversou ontem por telefone com Ulysses e, segundo informou, esse foi um dos assuntos tratados. Também o governador Franco Montoro falou por telefone com Ulysses. Sem se posicionar, Montoro assinalou que o presidente do partido "está examinando o problema e vai conversar com a executiva do PMDB antes de decidir".

Montoro deixou subentendido que, como Quéricia, acredita "que o partido precise de um presidente com tempo disponível. O PMDB tem que se organizar para dar ao Governo Federal e aos estaduais o apoio necessário para prosseguirmos na construção da democracia".

ARRAES

O governador eleito Miguel Arraes disse ontem que está aguardando uma posição dos companheiros de partido para estudar a possibilidade de deixar a vice-presidência do PMDB, após assumir o governo de Pernambuco em 15 de março. Ele não tem ainda uma decisão pessoal sobre a questão e acha que qualquer atitude deve ser tomada em conjunto com as lideranças do partido.

Segundo Arraes, parece haver um consenso no seio da direção do PMDB sobre a oportunidade da substituição de cargos, mas que o assunto não foi discutido a fundo e nenhum comunicado foi feito nesse sentido pelo presidente do partido. Ele disse que, a essa altura dos acontecimentos, está disposto a aceitar qualquer decisão da cúpula do PMDB.

Plenário vazio dá susto em Ulysses

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, encontrou dificuldades para abrir a sessão de ontem. Exatamente às 14h, quando ocupou a presidência da assembleia, Ulysses constatou que não havia número regimental suficiente para dar início aos trabalhos. No plenário, afinal, encontravam-se apenas 71 parlamentares, quando o mínimo exigido é de 94. A lista de presença, no entanto, já fora assinada por 110 constituintes.

Observando as normas preliminares aprovadas na noite da última quinta-feira, Ulysses Guimarães suspendeu a sessão, reaberta meia hora depois. Sem lançar mão da chamada nominal, o presidente da Constituinte constatou que às 14h30, 117 parlamentares já haviam tomado assento no plenário. Alguns deputados, como o vice-líder do PMDB, Egídio Ferreira Lima (PE), procuraram justificar a pouca frequência. Segundo ele, os constituintes se encontram ocupados em estudar o projeto de regimento e de apresentar emendas.

Em função da dificuldade inicial para abrir a sessão, o vazio do plenário e a falta de debates voltaram a ser discutidos ao longo do dia. Para o líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), está faltando a vá-

lua de escape que é o debate.

PINGA-FOGO

Segundo Amaral Netto, com as duas horas destinadas ao que na verdade é um "pinga-fogo", acaba se transformando numa questão de Câmara de Vereadores. "Vamos daqui a pouco começar a dar título de cidadão honorário do Brasil, cidadão honorário de Brasília, não sei mais o quê", afirmou o líder do PDS. Ele concordou com o deputado Egídio Ferreira Lima, que irá propor à mesa a modificação do regimento, permitindo um horário para os grandes pronunciamentos.

Com o plenário esvaziado, o que se verificou na sessão de ontem foi constituintes distraídos, mal ouvindo o que estava na tribuna. De acordo com o regimento provisório, cada constituinte pode usar de cinco minutos. Ontem, quase 30 falaram.

Como disse o deputado Amaral Netto, "parecia mais uma Câmara de Vereadores, com constituintes abordando os mais variados assuntos de interesses dos seus estados". Falou-se da seca do nordeste, do racionamento de energia elétrica, dos problemas dos produtores rurais no Sul. Defendeu-se a eleição dos governadores dos territórios e do Distrito Federal.